



Iniciativas públicas e inclusão digital: uma realidade a ser conquistada.¹

Kelinne Oliveira Guimarães
Luziene Correia Barbosa
Maiara Sobral Silva²
Adriana Cristina Omena dos Santos³
Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada junto aos projetos de inclusão digital de algumas escolas estaduais, municipais e uma federal na cidade de Palmas, estado do Tocantins. Esse apresenta um levantamento comparativo das propostas inclusivas da capital tocantinense. Além disso, avalia a relação dos indivíduos com as novas tecnologias da informação e o papel dos centros públicos pagos como lan houses no cenário da inclusão digital. O trabalho permite ainda uma reflexão sobre os efeitos das propostas de inclusão e os impactos causados pelas novas tecnologias na sociedade pós-moderna.

PALAVRAS - CHAVE: Tecnologias, sociedade do conhecimento, inclusão digital, internet.

INTRODUÇÃO

A sociedade tem passado por diversas transformações na esfera política, econômica e comunicacional, em virtude dos impactos causados pelas novas tecnologias da informação que estão construindo um modelo diferente de sociedade, não mais baseado na produção agrícola ou industrial, mas sim, na produção de informações. Diante desse cenário, o acesso ou não a essas tecnologias da informação torna-se determinante para inclusão social, visto que a era da informação conta com redes que estão desenhando um novo espaço para relações sociais e econômicas, alterando os velhos vínculos determinados pela proximidade e abrangendo os espaços globais. Dessa forma a “era da informação” (CASTELLS, 1999) exclui uma parte relevante da sociedade que está situada as margens da rede. Com o intuito de mudar

¹ Trabalho apresentado a Intercom Júnior - Jornada de Iniciação Científica em Comunicação.

² Alunas de Iniciação Científica, graduandas no 7º período do curso Comunicação Social: Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins – UFT. kelinne100@yahoo.com.br.

³ Publicitária, Doutora em Novas Tecnologias pela Escola de Comunicação da Universidade de São - ECA/USP.



essa realidade de exclusão digital no Brasil, o governo e a sociedade civil estão se mobilizando, por meio de propostas de inclusão digital em consequência social. Embora as propostas de inclusão sejam fundamentais para amenizar a situação dos excluídos digitalmente, é necessária uma análise crítica sobre as mesmas, visto que muitas delas estão limitadas à quantidade e a uma inclusão mecânica, que se resume ao mero contato com as novas tecnologias.

O foco do trabalho é uma comparação entre as propostas de inclusão desenvolvidas pelo poder público em Palmas. Para alcançar aos objetivos traçados foi realizado um levantamento dos programas em funcionamento, e em seguida foi feita uma sondagem junto aos participantes dos mesmos para detectar a aprendizagem e as mudanças sentidas após sua participação.

Inclusão Digital

O resultado de uma revolução tecnológica em geral só fica evidente quando a mesma se alastra e redefine a sociedade, inclusive a economia que tende a ser uma economia digital, que tem entre suas consequências “a disseminação de um novo paradigma econômico e produtivo baseado na informação” que traz consigo o desemprego tecnológico (SILVEIRA, 2001).

Para Cabral (2003), surge de forma abrangente, no contexto das organizações da sociedade civil, a idéia de levar a tecnologia digital ao alcance da sociedade. Em geral desenvolvidas através de cursos para pessoas de baixa renda, essas iniciativas se fizeram conhecidas pelo nome de inclusão digital, sendo pensadas e implementadas diante da constatação de uma desigualdade social e econômica que será agravada se não contemplar uma parcela significativa da sociedade no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação.

De acordo com o autor, a revolução tecnológica com suas novas tecnologias tende a ampliar o distanciamento entre ricos e pobres, ou seja, surge uma nova face da exclusão social. Estes novos excluídos não conseguem se comunicar com a velocidade dos incluídos pela comunicação mediada por computador.

Diante dessa problemática a sociedade tem se mobilizado para garantir inclusão digital e conseqüentemente social. Segundo Mendes, três pilares formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: TIC's, renda e educação. Não é difícil vaticinar que sem qualquer um desses pilares, não importa qual combinação seja feita, qualquer ação está fadada ao insucesso.

Para Schwarzelmüller (2005), os programas de inclusão devem oferecer atividades contextualizadas às características dos grupos sociais envolvidos de modo



que a utilização da tecnologia seja feita de maneira conexa ao modo de vida desses grupos e às suas necessidades, e que promovam a troca e a socialização de experiências entre indivíduos e grupos, mediadas pela tecnologia.

A inclusão digital ocorre somente com uma apropriação ativa e criativa das novas tecnologias. De acordo com a Comissão de Sistema do Trabalho Digital (CSTD, 2001), essa apropriação se tornará possível por meio da criação de uma sociedade virtual que facilite o processo de troca de experiências entre as comunidades e que auxilie o processo de aprendizagem. Todavia, torna-se necessário colocar a eficiência de projetos como este em cheque, tendo em vista que muitas vezes a implantação de programas de inclusão promove somente um primeiro contato com a tecnologia, com os softwares não possibilitando oportunidades de inclusão.

Para que aconteça a inclusão digital é necessário viabilizar as pessoas recursos adicionais de capacitação, que possibilitem a utilização da tecnologia digital de modo satisfatório, possibilitando a facilitação de atividades, promoção de conhecimento e estreitamento dos laços, ou porque não, a extinção destes. (WARCHAUSER, 2006)

Segundo Silveira (2001) a Inclusão Digital tem sido pauta obrigatória no cenário político nacional e internacional e motivação de várias ações, projetos e programas nas agendas sociais no Brasil e em diversos países do mundo. O autor assegura que em geral há uma exclusão digital causada pela distribuição desigual do acesso às redes de comunicação interativa mediadas por computadores conectados à internet e prescrevem-se como soluções democráticas à universalização do acesso a tais redes, assim como a democratização da informação.

Lan house: inclusão digital?

Segundo uma pesquisa TIC em domicílios divulgadas pelo Núcleo de Informação e coordenação (NIC.br) ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) as Lan tornaram-se o principal meio de conexão no país, a partir de 2007, refletindo um acesso maior das classes D e E fora do eixo Rio- São Paulo. A pesquisa revelou ainda que o perfil do usuário médio de internet no Brasil mudou. Isto ocorreu em virtude de programas como um computador para todos e com a explosão das lan houses no mercado brasileiro. Esses dois fatores resultaram no surgimento de um internauta médio que se encontra entre as classes mais baixas com idade de até trinta anos, e distante do eixo Rio-São Paulo.

Conforme os dados apresentados pela pesquisa, 68% dos usuários de internet no norte do país acessam a rede em lan house. Outro ponto relevante é que o acesso envolve atividades on-line, principalmente relacionadas ao entretenimento, com grande



foco nas redes sociais como o Orkut. Os usuários entrevistados pela pesquisa afirmaram ainda, que usam a lan house para envio e recebimento de email, para acessar comunicadores instantâneos e também para realização de trabalhos escolares.

As informações apresentadas pela pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Informações e coordenações estão próximas dos resultados óbitos após a aplicação de questionários junto a alguns usuários de lan house em Palmas. Os questionários foram aplicados na capital tocantinense com intuito de avaliar o desenvolvimento tecnológico dos usuários das mesmas.

A pesquisa realizada na capital tocantinense contou com um universo de aproximadamente 282 entrevistados sendo 51 % do sexo feminino e 49% do masculino. A maioria dos entrevistados afirmou que usa as lan houses mais de três vezes por semana. Quando questionados a respeito da finalidade com qual freqüentam o ambiente, 17% responderam que usam a lan house para estudar, 24% para acessar emails, 44% para navegar na rede, inclusive para acessar sites de entretenimentos como Orkut, 12% para participarem de jogos online e 2% de jogos off-line.

Com relação às mudanças sentidas após freqüentarem as lan houses, 25% afirmou que não sentiu mudança, 22% declararam ter aprendido a usar a internet, 23% dizem ter conhecido novos amigos, 22% afirmaram que passaram a ter facilidades para realizar trabalhos escolares e 8% declararam ter sentido outras mudanças.

Diante dos resultados expostos é possível concluir que as lan houses são importantes no aspecto do acesso às novas tecnologias, no entanto as transformações sentidas pelos seus usuários ainda é pequena, considerando o fato que a maior parte dos entrevistados declarou não ter sentido nenhuma mudança. Tal fato coloca em cheque o grau de inclusão promovido pelas lan houses, uma vez que o acesso configura-se como a primeira etapa para inclusão, que conta ainda com a administração das informações obtidas e troca de experiências fundamentais para produção de conhecimento e inclusão dos cidadãos na sociedade informacional.

A realidade de inclusão das escolas sob a ótica dos alunos

Para fundamentar a pesquisa foi realizada uma revisão de literatura sobre novas tecnologias, exclusão e inclusão digital. Em um segundo momento foram visitadas às escolas que contam com programas de inclusão, estas constavam em uma lista fornecida a coordenação do projeto pelas secretarias estadual e municipal de educação e pela secretária de ciência e tecnologia do estado. O objetivo das visitas às escolas consistiu em relatar o funcionamento dos programas de inclusão listados pelas secretárias citadas.



Foram aplicados ainda questionários juntos aos usuários de lan houses com intuito de nortear as possibilidades de inclusão das mesmas.

Após a conclusão das atividades acima houve a tabulação dos questionários aplicados nas lan houses e foi elaborado e aplicado um novo questionário nas escolas visitadas na segunda etapa da pesquisa.

Com a finalização das visitas e elaboração de relatórios, observando as condições de cada escola, houve a necessidade de exemplificar por meio de números as possibilidades de inclusão digital disposta nestes ambientes. Para isso o questionário mencionado acima foi elaborado, sendo selecionadas seis escolas para a aplicação deste.

A escolha das escolas ocorreu por meio de representação, ou seja, cada escola selecionada para aplicação de questionários representava a realidade dos projetos de inclusão de um grupo de determinadas escolas visitadas. Três que dispunham de projetos e duas que não dispunham. São elas respectivamente: Escola Municipal Anny Frank, Colégio Dom Alano e Escola Técnica Federal de Palmas, CEM Santa Rita de Cássia, CEM Castro Alves.

A pesquisa foi realizada com um universo de aproximadamente 355 alunos com idade acima de 10 anos, pertencentes ao nível fundamental, médio e superior. Sendo que maioria, 56% dos entrevistados afirmaram ter entre 14 e 17 anos. Foi possível detectar ainda que maior parte dos entrevistados pertenciam ao nível médio, cerca de 61%, onde 79% estão em escolas estaduais.

Deste público em geral juvenil, 97% declararam ter laboratório nas escolas e 67% afirmaram ter internet nestes, e 54% dizem que freqüentam o laboratório da sua escola.

Quando questionados a respeito da finalidade com que utilizavam o computador, 58% utilizam para trabalhos escolares e 52% para navegarem na rede. A respeito das dificuldades para lidar com a tecnologia digital 48% afirmaram ter dificuldades em pesquisar, utilização de software e acessar a internet, enquanto 51% declararam que não sentem dificuldades.

Com relação às mudanças sentidas após terem acesso ao computador, 57% afirmaram sentirem-se mais informado, 43% garantem ter melhorado o aprendizado, 38% declararam ter aprendido a fazer pesquisas e 24% declararam ter sentido outras mudanças.

Considerações Finais

Diante dos resultados apresentados, é possível concluir que embora haja laboratórios de informática em funcionamento ou não nas escolas, esse fato não garante



a inclusão digital para uma parte relevante dos estudantes. Uma vez que pouco mais que a metade dos entrevistados afirmou que freqüentam o laboratório das entidades de ensino, além disso, é importante salientar que mesmo alguns dos projetos que funcionam e são freqüentados pelos alunos não oferecem uma metodologia eficaz para participação do aluno em uma realidade digital, o que reafirma a discussão de que a inclusão/exclusão digital não se soluciona simplesmente viabilizando o acesso à infraestrutura tecnológica (computador), embora se reconheça que seja esse um dos passos. (SILVA, 2002)

Contudo, a análise comparativa de programas de inclusão dos programas de iniciativa governamentais nas escolas palmenses, possibilitou uma reflexão a respeito da fragilidade da maioria desses programas. Visto que em sua maioria, estes fornecem apenas estrutura tecnológica física e pouca capacitação aos profissionais para viabilizar a geração de conhecimento por meio do acesso às tecnologias. O que não promove a inclusão por completo, pois conforme o referencial teórico adotado durante a pesquisa, a inclusão ocorre com a transformação do cidadão excluído em cidadão receptor e produtor de informações, capaz de gerar conhecimento e mudanças no contexto que atua.

É importante destacar ainda a necessidade de uma reformulação das políticas públicas voltadas para a inclusão, uma vez que estas devem estar sempre voltadas para a qualidade e qualificação dos indivíduos e não simplesmente para a quantidade.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Adilson. Exclusão digital. INTERCOM. São Paulo. 2003. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/artcon/includig.htm>. Acesso em: 27 de março de 2007.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CSTD Comissão de Sistema do Trabalho Digital. Oficina Para Inclusão Digital; “Relatório Final”, 2001. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/default.cfm>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008.

GUEDES, Luis. Exclusão Digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. Disponível em: www.centroedelstein.org.br/pdf/exclusaodigitalproblemasconceituais.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2008.

SCHWARZELMÜLLER, Ana. Inclusão digital: uma abordagem alternativa. 2005. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000520/01/AnnaSchwarzelmuller.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2007.



SILVA FILHO, Antônio Mendes da. Os três pilares da inclusão digital. Revista Espaço Acadêmico-Ano III, n° 24 de maio de 2003. Disponível em:<<http://www.espacoacademico.com.br/024/24amsf.htm>.> Acesso em: 15 de maio de 2007.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Exclusão digital, a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Senac, 2006.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.